

Prestação de Contas 2008

Outras indicações e justificações à compreensão do Balanço e da Demonstração de Resultados

8.2.1 – Disposições do POCAL derrogada:

Por questões informáticas (ausência do módulo de contabilidade de custos do programa disponibilizado pela AIRC) não foi possível implementar a Contabilidade de Custos.

8.2.2 – Contas não comparáveis com os exercícios anteriores:

No exercício de 2008 não se verificaram condicionantes que impossibilitassem a comparação de contas com o exercício anterior, nas ópticas patrimonial e orçamental.

8.2.3 – Critérios Valorimétricos utilizados e fundamentados:

Os principais critérios Valorimétricos utilizados na preparação das Demonstrações Financeiras foram os seguintes:

- A) As Imobilizações Corpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição. No decurso da fase de implementação do sistema, a Autarquia estabeleceu outros critérios de valorização para determinados bens.

Relativamente aos bens móveis, estabeleceu como referencia o ano 1995 para a sua valorização. Antes de 1995, os bens foram arrolados com o valor zero, até serem objecto de uma grande reparação assumindo então o valor desta. Esta política de valorimetria justificou-se pela impossibilidade de obter a informação necessária para determinar o custo de aquisição / produção.

No que diz respeito à Rede Viária (bens imóveis de domínio público), procedeu-se à sua valorização segundo um critério técnico adequado à natureza do bem, conforme anexo.

As amortizações foram calculadas sobre os custos de aquisição / avaliação pelo método das quotas constantes de acordo com o CIBE – Cadastro e Inventário dos Bens do Estado.

De conformidade com o Artº.34º da Portaria nº 671/2000, IIª Série (CIBE), os bens sujeitos a depreciação em mais de um ano económico, cujos os valores unitários não ultrapassem 80% do índice 100 da escala salarial das carreiras do regime geral da função pública, foram totalmente amortizados no ano económico corrente;

- B) Os Investimentos Financeiros estão valorizados de acordo com os critérios valorimétricos previstos no ponto 4 do POCAL;
- C) As Existências encontram-se registadas ao custo de aquisição;
- D) As Dívidas a receber de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal;
- E) As Disponibilidades de caixa e depósitos em instituições financeiras são expressas pelos montantes dos meios de pagamento e dos saldos de todas as contas de depósitos, respectivamente;
- F) Relativamente aos Acréscimos e Diferimentos a Autarquia regista as suas despesas e receitas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pela qual as receitas e despesas são reconhecidas à medida em que são geradas, independentemente do momento em que são recebidas e pagas;
- G) As Transferências de Capital recebidas destinadas ao investimento, foram contabilizados como proveitos diferidos e transferidos para Resultados do Exercício numa base sistemática pelo correspondente valor de amortização dos investimentos a que respeitam.

8.2.5 – Situações especiais que afectam o resultado do exercício:

Na relação com a empresa municipal ISERBATALHA, E.M. registaram-se os seguintes movimentos de acréscimos e diferimentos, com repercussões nos resultados do exercício que interessa realçar:

- Com base nas deliberações do Executivo Municipal números 2008/0680/D.A.F.. e 2008/0221/D.A.F. foi deliberada a atribuição de Subvenções Financeiras no valor de 147.889,63 € e 160.543,15 € respectivamente, para a reposição do equilíbrio económico e financeiro da empresa municipal, nos termos do art. 31º da Lei nº 58/98, de 18 de Agosto, com reporte ao exercício económico de 2008. Tal custo, resultou num acréscimo de custos repercutido no exercício em análise;
- No âmbito dos protocolos estabelecidos com a empresa Municipal ISERBATALHA, E.M. resulta ainda o ressarcimento por parte da Autarquia dos montantes das comparticipações familiares resultantes dos almoços das crianças que frequentam os prolongamentos de horários e ATL´s dos Jardins-de-infância e 1º Ciclo do Ensino Básico,

actualmente na posse da ISERBATALHA; E.M., entidade responsável pela cobrança dos respectivos valores. Como a transferência das verbas referentes ao período de Junho a Dezembro de 2008, não ocorreu no exercício de 2008, o proveito foi registado na respectiva conta de proveitos (71207020801), pelo valor de 67.839,27 €, por contrapartida de conta de acréscimo de proveitos (2719). Estes valores serão registados na conta de terceiros em 2009, sendo a dívida regularizada também neste exercício.

8.2.6 – Explicações das “Despesas de Instalação” e das “Despesas de Investimento”

Como é de verificar nas Demonstrações Financeiras a Autarquia não efectuou registos nas Contas 431 – Despesas de Instalação e na conta 432 – Despesas de Investimento.

Explicações dos movimentos nas contas:

- ✓ Outras aplicações financeiras - Não se efectuaram movimentos na conta em questão
- ✓ Títulos Negociáveis – O valor que consta nesta conta mais propriamente na conta (18 - Outras aplicações de tesouraria), refere-se aos título de CaixaGEST enunciados no mapa 8.3.5.2 – *Activos de rendimento variável incluído no documento da Prestação de Contas.*
- ✓ Fundo Patrimonial – Movimentos ocorridos em cada uma das rubricas de Capitais Próprios, constantes do Balanço:

Contas	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	50.909.476,21	2.169,54	11.716,69	50.899.929,06
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas	-37.088,82			
56 - Reservas de Reavaliação				
57 - Reservas				
571 - Reservas Legais				
572 - Reservas Estatutárias				
573 - Reservas Contratuais				
574 - Reservas Livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações		115.000,00		
577 - Reservas decorrentes de transferências de activos				
59 - Resultados Transitados	-2.492.326,59			
88 - Resultado Líquido do Exercício	-1.294.536,65		655.037,40	
Total	47.085.524,15	117.169,54	666.754,09	46.535.939,60

Registaram-se as seguintes regularizações patrimoniais:

A) Integração das regularizações da Rede Viária no Património Autárquico;

Conta Patrimonial	Designação	Valor	D/C
45304	Rede Viária	2.169,54	D
TOTAL		2.169,54	

B) Donativo concedido pela Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha ao abrigo da Lei do Mecenato, cujo objecto foi a aquisição do imóvel destinado à construção do Museu da Batalha

Conta Patrimonial	Designação	Valor	D/C
42212	Instalação do Museu da Batalha	115.000,00	D
TOTAL		115.000,00	

C) Regularização da divergência enumerada pela Tribunal de Contas na análise da conta de 2002, entre o saldo de operações de tesouraria e os valores escriturados nos fluxos de caixa.

Esta divergência resultou do seguinte:

- 1) Em 2001, a conta de gerência apenas reflectia os fluxos de Caixa;
- 2) Com a transição para o POCAL, passámos a contabilizar o IVA na contabilidade patrimonial pelo sistema digráfico;
- 3) Esta transição veio a ter reflexos nos saldos de OT, porquanto, no balanço inicial de 2002 não foi reflectido o valor que resultava da conta final de OT de 2001 (IVA), mas sim o montante que resultou do apuramento do IVA do 4º Trimestre de 2001 (montante esse de 1.253,38 € escriturados na conta 24371n - Iva a recuperar resultante de apuramento normal).

Conta Patrimonial	Designação	Valor	D/C
268906	Regularização de OT - Saldos Iniciais	11.716,69	C
TOTAL		11.716,69	

O PRESIDENTE DA CÂMARA

António José Martins de Sousa Lucas